

EDITORIAL

Difícil Liberdade

A tinta continua correndo generosamente a propósito do livro de L. Boff, Igreja: Carisma e Poder (Vozes, Petrópolis, 1981). Depois das primeiras reações surgidas em algumas publicações religiosas, a polêmica se derramou por outros meios de comunicação social. Artigos, editoriais e mesmo a transcrição completa num grande Jornal (duas páginas e meia!) de um minucioso trabalho publicado numa revista teológica especializada, parecem indicar que se tem interesse em manter acesa a polêmica diante do grande público, lembrando periodicamente a todos que a guerra continua. Assim, leitores leigos, alheios a esta estranha e peculiar arte da logomaquia teológica não terão deixado de se perguntar o que significa e a quem serve esta campanha. Pergunta inevitável para quem — cristão ou não — se descobre, de repente e para a sua surpresa, transformado — por obra e graça desse quotidiano de divulgação nacional — em testemunha perplexa de intrincadas disputas teológicas, destinatários malgré soi de "respostas" (orientadoras ou orientadas?) a "demandas" teológicas nunca por ele formuladas.

Porque é disso que se trata. Uma polêmica intraeclesial — perfeitamente delimitada na sua origem e proporções — foi transposta artificialmente para o grande público que assiste intrigado ao espetáculo dessas lutas intestinas, ecos apenas de outras tormentas que ele imagina, quais trovoada sinaíticas, formando-se ameaçadoras em longínquos céus clericais. É difícil avaliar os efeitos reais dessa intrigante cruzada. Mas é lícito pensar que, pelo modo como foi conduzida, tenha contribuído mais para desorientar e confundir os leitores do que para ajudá-los a se formarem um juízo sereno e objetivo sobre a obra em questão. Em outras palavras, os que já estavam convencidos da "heterodoxia" do autor terão encontrado aqui uma confirmação definitiva, mas os que se interrogam honestamente sobre a sua fé, os que buscam, e sobretudo os que nada entendem dessas intrigas eclesásticas, só podem ter-se tornado mais inquietos, perturbados e escandalizados com este episódio.

Não queremos entrar aqui na análise e discussão do livro em questão. E muito menos nos deixar envolver pela mesma lógica da

polêmica criada em torno dele. Mas é necessário refletir sobre os outros problemas subjacentes (os que constituem o verdadeiro cerne da questão) para retirarmos algumas lições urgentes deste lamentável affaire.

O novo "caso Boff" não pode ser compreendido fora do contexto geral da Igreja e da sociedade. Isolado, ele não passaria de um fato corriqueiro, insignificante, condenado à indiferença e ao esquecimento que se abatem inevitavelmente sobre todos os "escândalos" artificialmente criados pelos meios de comunicação social e devorados com a mesma facilidade pela vertiginosa sucessão dos acontecimentos. Se ele se torna significativo em si mesmo é sobretudo como indício de um clima, como sintoma de uma situação eclesial. A vinte anos de distância do Concílio Vaticano II muitos setores da comunidade eclesial parecem estar saturados de experiências, questionamentos, inovações de toda espécie. É como se de toda essa "páscoa eclesial" — verdadeira passagem por morte e ressurreições históricas — só tivessem retido a sua face obscura, as deficiências e os erros inerentes a todo processo humano. Cansados de turbulências suspiram pela calmaria. Da eclesiologia surgida no Concílio e vivida ao longo dos anos pós-conciliares (eclesiologia elíptica, oscilante, dilacerada entre a paixão por Deus e a paixão pelo mundo, à procura constante do equilíbrio necessariamente instável de quem aceita com todas as conseqüências a diversidade irredutível como parte da verdadeira unidade) estaríamos voltando a uma eclesiologia perfeitamente "centrada" — um centro do qual tudo irradia e ao qual tudo volta —, novamente sólida, impertubável, imutável. A eterna necessidade de seguranças se insinua agora como tentação do retrocesso, da restauração, da disciplina reencontrada. Como se nada tivesse acontecido entrementes ao nosso redor.

Este perigo é muito real e nos ameaça de diversas maneiras. O fenômeno genericamente designado como neo-conservadorismo, o endurecimento de certos setores eclesiais, sobretudo da hierarquia, mostram que não nos encontramos unicamente diante de um "estado de espírito", vagamente difuso pela universal geografia da Igreja. Trata-se de atitudes combativas que tomam corpo em iniciativas muito concretas.

O clima no qual se tem desenvolvido a polêmica nos faz reviver experiências que todos acreditaríamos definitivamente sepultadas no passado: velhos fantasmas de "teologias de controvérsia" (agora voltadas para a própria comunidade) e de "inquisidores" dispostos a reacender fogueiras ancestrais. O que nada tem a ver com a nobre e antiga preocupação cristã pela sã doutrina. Porque a cuida-

dosa proteção do "depositum fidei" nasceu e soube manter-se sempre — inclusive como gênero literário dos grandes "Apologistas" — na forma do Diálogo, esta busca feita de idas e vindas através das palavras (dia-logos), capaz de respeitar e suportar o confronto, porque convencida de que a diversidade nunca é absoluta e que as diferenças pressupõem alguma semelhança que nos pode fazer comungar na verdade mais plena da Palavra.

Eis por que muitos desses indícios poderiam significar que o Vaticano II efetivamente não foi assimilado. Não porque se tenha ido longe de mais. Mas porque, na verdade, a sua genuína inspiração e as suas instituições mais profundas não parecem ter atingido e transformado ainda muitas práticas e estruturas eclesiais. Terá, nesse caso, chegado à nossa consciência eclesial?

A polêmica em questão pode ser um exemplo iluminador dessa interrogação. As suspeitas que começam a pairar de novo sobre os intelectuais da Igreja são o reflexo concreto dessa perigosa tentação que nos espreita nesta virada decisiva dos vinte anos de um novo espírito inaugurado pelo Concílio. Ceder a essa tentação, pensar os próximos anos em termos de luta de facções, de inversão de "poderes", como revanche das "antigas" verdades agora restabelecidas contra as "novidades" conciliares, como restauração rigorosa da grande disciplina contra a anarquia insuportável da busca constante, como vitória enfim de quem utiliza o poder em benefício das suas opções, tudo isso seria cair não só numa dramática intolerância que nada tem de evangélico, mas também incorrer num duplo erro de apreciação — eclesial e social — sobre o papel do intelectual, e concretamente do teólogo, numa sociedade e numa Igreja diferentes.

Eclesial em primeiro lugar. Porque o Concílio não só formulou princípios, mas soube tomar partido em questões ainda discutidas (a velha questão do monogenismo, a explosão demográfica, os métodos exegéticos, o ecumenismo, etc.) e sobretudo inaugurou um novo modo de pensar e de fazer teologia que são irreversíveis. Tudo isso não pode deixar de repercutir na maneira de realizar o trabalho intelectual na Igreja. Primeiro porque a liberdade reivindicada para as ciências profanas (G.S. 7, 53, 54, 56, 57 e passim) é postulada com a mesma força para a Teologia: "para que possam realizar a sua função é necessário que seja reconhecida, aos clérigos e aos leigos, a justa liberdade de investigar, refletir e manifestar o seu pensamento, humilde e corajosamente, nos campos da sua competência" (G.S. 62; cfr. L.G. 37). Segundo porque com essa liberdade o pluralismo teológico, dentro dos seus justos limites, recebeu carta de cidadania

na Igreja. Ao renunciar a identificar-se com uma escola teológica, a neo-escolástica, (apesar do papel que lhe tinham preparado os teólogos romanos) o Concílio nos convidou a passar de uma apologética pouco discreta e excessivamente segura de si para um autêntico debate teológico, cuja primeira condição é a renúncia à violência que só descansa com a supressão do "outro", do diferente. Porque o verdadeiro pluralismo não reside na simples coexistência de pontos de vista diferentes, mas na aceitação profunda de que a verdade é plural e que, portanto, a minha — necessariamente fragmentária — só é verdade quando se abre à totalidade através do diálogo. E finalmente porque assim somos obrigados a aprender que a "posse" da verdade revelada não nos dispensa da dura tarefa de "buscá-la" sempre de novo, como tão bem intuíra Santo Agostinho. Ou, em outras palavras, que Deus é sempre maior do que as nossas idéias, que o "mistério" do qual vivemos não equivale a um resíduo ainda não dominado pela nossa razão, e que a fé é essencialmente interrogativa porque leva em si mesma o princípio crítico que não a deixa repousar: a distância entre o originário e o derivado na própria revelação (U.R. 11), ou o que João XXIII designou, na inauguração solene do Concílio, como diferença entre o depósito da fé e as suas expressões históricas.

Se tudo isso modifica profundamente a figura do teólogo na Igreja, existe, em segundo lugar, o aspecto social e cultural do pluralismo que faz parte do nosso "ethos" científico e não pode deixar de repercutir dentro da comunidade eclesial. O pluralismo na sociedade contemporânea não se reduz à diversidade de opiniões que circulam no mercado das idéias. É, muito mais radicalmente, a ausência de uma imagem unitária do mundo, de uma concepção homogênea da história e da sociedade. E neste contexto, a honestidade intelectual — fora e dentro da Igreja — se torna infinitamente mais exigente, porque consciente dos seus condicionamentos (de época, classe, cultura, etc.) e radicalmente modesta e autocrítica, porque se deixa afetar por perguntas que nem sempre têm respostas claras e imediatas. Só quem é incapaz de perceber a heterogeneidade — sociológica, cultural e espiritual — do nosso tempo, poderá continuar acreditando tranqüilamente que a sua visão do mundo (sociedade, história, Igreja, etc.) resistirá impertubável e impermeável à busca apaixonada e apaixonante que é a aventura intelectual. Eis por que só a paixão absoluta pela verdade pode proteger o pensamento de ser "instrumentalizado" a serviço de outros interesses, justificando sistemas ou oferecendo os ingredientes para discursos oficiais. Perigoso poder inerente ao "passo da reflexão", como diria Teilhard,

que pode nos induzir ao pecado contra a inteligência.

Também na Igreja. Porque a nossa condição de cristãos não nos exime das responsabilidades comuns. O que exigiria repensar a fundo o papel e a função do teólogo na sua relação com os outros "serviços" eclesiais, e concretamente na sua relação com a hierarquia que não é o único carisma na Igreja. Porque o sujeito da Palavra de Deus é o povo de Deus, organizado em comunidade hierárquica que sabe respeitar, mais ainda, que alimenta e estimula a riqueza da diversidade. A teologia se elabora no interior dessa comunidade plural e diversificada. Matar a diversidade de funções é atentar contra a própria autoridade. Porque então ela não seria mais símbolo de unidade, mas resíduo de uma uniformidade petrificada. Não é essa, porém, a unidade plural, trinitária, em cujo mistério fomos mergulhados pelo batismo.

Esta é a verdade que nos tornará livres (Jo. 8, 32). Por quanto — como o evidencia o caso que nos ocupa — ela deve abrir-se caminho por entre as constantes tentativas que os homens não cessamos de inventar para torná-la prisioneira na trama obscura das nossas fragilidades (Rom. 1, 18). A verdade, com efeito, tem a sua paixão. Ela sofre da mesma violência que é infligida a um texto e que atinge inseparavelmente a pessoa do autor. Por isso, a paixão da verdade é também a paixão daqueles que sofrem por causa da verdade. É esta que gostaríamos de ver restabelecida no caso de Leonardo Boff. As insinuações, as suspeitas, o processo de intenções desfechados contra o livro feriram irremediavelmente a dignidade de um dos nossos maiores teólogos, senão o mais significativo (embora uma certa imprensa nossa persista em reduzi-lo a "teólogo menor"), merecidamente reconhecido e respeitado nos meios teológicos internacionais (como atesta o interesse pela sua obra e as inúmeras traduções da mesma), e, sem dúvida, um dos que mais contribuiu para que a teologia latino-americana franqueasse o limiar de uma maioria que — apesar dos pontos controvertidos, como não poderia deixar de ser dentro de um são pluralismo — hoje ninguém ousaria seriamente contestar. Possam estas "paixões" fazer de todos nós verdadeiros apaixonados por essa Verdade sempre maior (Jo. 16, 13; 15, 26) que é Jesus Cristo (Jo. 14, 6) e que deve ser verificada dia a dia (Jo. 3, 21).